

A atuação da Polícia Militar do Estado do Pará no enfrentamento da criminalidade em comunidades ribeirinhas da Amazônia

The role of the Military Police of the State of Pará in combating crime in riverside communities of the Amazon

Miguel Moura do Nascimento¹

Nayara Ferreira dos Anjos Nascimento²

Rodrigo Barbosa Cardoso³

Yslane Nayara Vieira Cardoso⁴

RESUMO: Este estudo examina as ações desenvolvidas pela Polícia Militar do Estado do Pará no combate à criminalidade junto às populações ribeirinhas da região amazônica, salientando os óbices de ordem operacional, social e institucional vivenciados pela instituição em territórios de complexo acesso geográfico. Discute-se o papel preponderante do policiamento ostensivo, preventivo e de proximidade como mecanismos cruciais para a salvaguarda da ordem pública e para a consolidação da soberania estatal em localidades vulneráveis e desprovidas de serviços básicos. Adotou-se uma metodologia qualitativa, de cunho bibliográfico e documental, ancorada no referencial teórico que versa sobre segurança pública, dinâmicas criminais, policiamento comunitário e a conjuntura social da Amazônia. Os achados demonstram que a intervenção da corporação é estratégica no combate ao narcotráfico, aos ilícitos ambientais e aos delitos violentos nessas comunidades. Contudo, constataram-se entraves logísticos, escassez de recursos materiais, óbices estruturais e contingente insuficiente, elementos que obstaculizam a efetividade operacional. Depreende-se que a superação da criminalidade na região demanda tanto o revigoramento do aparato de segurança quanto investimentos maciços em políticas sociais, infraestrutura e desenvolvimento local, mitigando as fragilidades que fomentam a violência.

Palavras-chave: Segurança Pública; Polícia Militar; Amazônia; Comunidades Ribeirinhas; Criminalidade; Policiamento Comunitário.

ABSTRACT: This study examines the actions developed by the Military Police of the State of Pará in combating crime among riverside populations in the Amazon region, highlighting the operational, social, and institutional obstacles experienced by the institution in territories with complex geographical access. The preponderant role of visible, preventive, and community policing is discussed as crucial mechanisms for

¹Polícia Militar do Estado do Pará.

²Polícia Militar do Estado do Pará.

³Polícia Militar do Estado do Pará.

⁴Polícia Militar do Estado do Pará.

safeguarding public order and consolidating state sovereignty in vulnerable localities lacking basic services. A qualitative methodology, of a bibliographic and documentary nature, was adopted, anchored in the theoretical framework that addresses public security, criminal dynamics, community policing, and the social context of the Amazon. The findings demonstrate that the corporation's intervention is strategic in combating drug trafficking, environmental crimes, and violent offenses in these communities. However, logistical obstacles, scarcity of material resources, structural obstacles, and insufficient personnel were observed, elements that hinder operational effectiveness. It is understood that overcoming crime in the region requires both the strengthening of the security apparatus and massive investments in social policies, infrastructure, and local development, mitigating the weaknesses that foster violence.

Keywords: Public Security; Military Police; Amazon; Riverside Communities; Crime; Community Policing..

1 INTRODUÇÃO

A garantia da segurança pública figura como um dos principais gargalos institucionais do Estado brasileiro, sobretudo em territórios caracterizados por fragilidades sociais, barreiras geográficas e deficitária cobertura estatal, a exemplo da região amazônica. Os traços geográficos locais — marcados por vastas florestas, extensos trajetos hidrográficos e isolamento logístico — geram óbices severos à implementação de políticas governamentais de ordem e ao combate eficaz às práticas delituosas.

No território paraense, as populações ribeirinhas enfrentam cotidianamente o narcotráfico, ilícitos ambientais, contrabando, conflitos armados e uma crônica desassistência por parte do poder público. Situadas à margem dos núcleos urbanos, tais comunidades manifestam severos indicadores de exclusão, quadro que é acentuado pela insuficiência de serviços essenciais como saneamento básico, educação, saúde e malha de transporte adequada.

O fenômeno delitivo na Amazônia assume contornos singulares, condicionados pelas peculiaridades do relevo e pela debilidade da fiscalização oficial. As hidrovias da região, cruciais para a mobilidade e a coesão local, acabam sendo instrumentalizadas por grupos criminosos para o escoamento de entorpecentes, armamentos e contrabando. Diante disso, a repressão ao crime pressupõe táticas customizadas e a presença ininterrupta das forças de segurança.

Frente a esse panorama, cabe à Polícia Militar do Estado do Pará uma atribuição crucial no combate à criminalidade, operando mediante patrulhamento preventivo, ostensivo e comunitário em áreas de difícil trânsito. A instituição executa missões fluviais, inspeções de embarcações e iniciativas pedagógicas voltadas à inibição de atos violentos e à salvaguarda da integridade das comunidades ribeirinhas.

Contudo, o rendimento das ações policiais na Amazônia é severamente mitigado pela vastidão dos percursos fluviais, pela carência de insumos materiais, pelo contingente policial aquém da demanda e por restrições de ordem logística. O déficit estrutural prejudica a celeridade das respostas a ocorrências e limita a viabilidade de uma vigilância sistemática em pontos críticos do território.

Na visão de Saporì (2007), a delinquência moderna guarda estreita conexão com assimetrias socioeconômicas, debilidades institucionais e a ineficácia das ações governamentais, o que demanda o alinhamento entre policiamento e fomento social. Sob esse prisma, a violência ultrapassa o mero escopo da repressão penal, revelando-se um subproduto de mazelas estruturais advindas da marginalização e da omissão estatal.

De modo análogo, Soares (2006) sustenta que a contenção da criminalidade transcende a ação estritamente policial, requerendo a inserção permanente do Estado em núcleos vulneráveis mediante programas voltados à cidadania, inclusão social e expansão econômica regional. Logo, as intervenções de segurança devem convergir com práticas preventivas e comunitárias capazes de consolidar os laços sociais e mitigar os vetores geradores da violência.

Ademais, o modelo de policiamento de proximidade consolida-se como um mecanismo vital para estreitar o canal de comunicação entre a corporação e a sociedade civil, incrementando o engajamento coletivo contra o crime. O desenvolvimento de laços de mútua confiança otimiza o fluxo de informações estratégicas, confere maior legitimidade às investidas policiais e eleva o êxito das ações de combate aos atos ilícitos.

Sob esse pano de fundo, este trabalho propõe-se a examinar a atuação da Polícia Militar do Pará no enfrentamento dos ilícitos em comunidades ribeirinhas da Amazônia, com ênfase nas dificuldades operacionais de sua rotina, nas táticas empregadas na preservação da ordem pública e nos efeitos de tais iniciativas na proteção das populações locais.

A relevância social e acadêmica desta investigação fundamenta-se na urgência de se verticalizar o debate acerca da segurança na Amazônia e compreender as especificidades enfrentadas pelos órgãos policiais em áreas remotas. Pretende-se, ademais, fomentar discussões sobre o aprimoramento de políticas de segurança integradas ao desenvolvimento socioeconômico voltadas às populações ribeirinhas do Pará.

2 A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ NO ENFRENTAMENTO DA CRIMINALIDADE EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DA AMAZÔNIA

2.1 Segurança Pública e Criminalidade na Amazônia

As particularidades geográficas, sociais e econômicas do território amazônico condicionam diretamente a configuração da criminalidade e os óbices enfrentados pela segurança pública. A amplitude de sua extensão territorial, a densidade da cobertura florestal, a capilaridade da rede hidrográfica e a complexidade de acesso a certas zonas impõem severos obstáculos à ação governamental, de modo mais pronunciado junto às populações ribeirinhas distantes dos núcleos urbanos de referência.

Esse isolamento espacial, consorciado à escassa representação do aparato estatal, propicia a gênese e a consolidação de atividades transgressoras, a exemplo do narcotráfico, do contrabando, do extrativismo predatório, de infrações ambientais, de disputas de terras e de hostilidades armadas. Em vastas extensões da região, as vias fluviais convertem-se em artérias logísticas cruciais, compartilhadas pela circulação comunitária e por quadrilhas que escoam entorpecentes, armamentos e contrabando.

De acordo com a perspectiva de Becker (2005), a trajetória histórica da Amazônia foi caracterizada por uma ocupação caótica, pautada pela exploração mercantil de suas riquezas naturais e por uma incipiente inserção das instituições do Estado. Tal conjuntura fomentou a eclosão de tensões socioterritoriais e a difusão de condutas delitivas. A carência de uma vigilância sistemática e de ações governamentais perenes viabilizou a expansão de contravenções ligadas à mineração irregular, ao desflorestamento, ao comércio ilícito de fauna e ao apossamento indevido de terras públicas.

Ademais, a insuficiência na prestação de serviços essenciais potencializa os quadros de fragilidade social que acometem os ribeirinhos. Obstáculos no acesso a direitos fundamentais — como instrução escolar, assistência médica, saneamento, mobilidade e inserção no mercado de trabalho — aprofundam as disparidades estruturais e pavimentam o caminho para o desvio social. Sob a ótica de Soares (2006), os fenômenos violentos guardam estreita correlação com as dinâmicas de marginalização e com a ineficácia estatal, sobretudo em territórios vulnerabilizados.

Cumprido destacar outrossim a influência de facções criminosas estabelecidas no espaço amazônico. Favorecido por sua localização geopolítica e pela complexidade de monitoramento, o território consolidou-se como um relevante entreposto do narcotráfico transnacional, notadamente nas zonas fronteiriças e hidrovias. Esse panorama agrava substancialmente a missão das corporações de segurança, impondo a adoção de operações integradas fundamentadas em inteligência tática e repressão qualificada.

Na acepção de Costa (2014), a governança da segurança pública na Amazônia pressupõe diretrizes singulares, desenhadas em conformidade com as restrições logísticas do meio. O pesquisador salienta o aporte de recursos em patrulhamento náutico, tecnologias de vigilância, inteligência e fomento ao policiamento comunitário como eixos indispensáveis para estender a soberania do Estado e mitigar as ações criminosas.

Sob esse prisma, a fiscalização fluvial assume centralidade estratégica no controle das hidrovias locais e na repressão de delitos que assolam os agrupamentos ribeirinhos. O emprego de frotas navais customizadas, postos móveis de policiamento e ações interagências revela-se imprescindível para assegurar maior efetividade no combate às organizações delitivas e na manutenção da incolumidade pública.

Para além das frentes punitivas, a estabilização da segurança regional requer mecanismos de prevenção direcionados ao desenvolvimento humano dos habitantes locais. Conforme assevera Saporì (2007), a dissuasão criminal resulta da harmonização entre policiamento, inserção social e robustez institucional. Logo, a contenção da violência transcende o âmbito estritamente policial, exigindo aportes em ensino, saúde, amparo social e fomento à geração de frentes econômicas de trabalho.

Evidencia-se, por conseguinte, que o fenômeno delitivo na Amazônia deriva tanto das barreiras físicas quanto da assimetria social e da debilidade estatal em rincões

específicos. Diante de tal quadro, a intervenção dos organismos de segurança, com ênfase na atuação da Polícia Militar, mostra-se basilar para assegurar a harmonia social, salvaguardar os povos das águas e consolidar o poder estatal em áreas remotas da federação.

2.2 O Papel da Polícia Militar no Enfrentamento da Criminalidade

Conforme preceitua o artigo 144 da Carta Magna de 1988, cabe à Polícia Militar a atribuição de executar o policiamento ostensivo e salvaguardar a ordem pública. Sob essa ótica, a atuação dessa corporação consolida-se como um dos pilares estatais mais relevantes para a contenção dos delitos e a promoção da segurança social. No território paraense, contudo, tal incumbência adquire contornos singulares decorrentes das adversidades geográficas da Amazônia, caracterizada pela vastidão de seus rios, pelo distanciamento de núcleos urbanos e por carências de infraestrutura.

O cenário delitivo na região amazônica manifesta-se por meio de uma dinâmica própria, o que demanda dos órgãos de segurança pública o desenvolvimento de táticas alinhadas às especificidades da região. Em diversas localidades ribeirinhas, as vias fluviais constituem o único meio de acesso, fator que acentua os óbices à mobilidade tática, à vigilância e à consolidação da autoridade estatal. Frente a essa realidade, a Polícia Militar do Pará revela-se imprescindível, atuando não somente na repressão à criminalidade, mas igualmente na garantia do equilíbrio social e da integridade física dos cidadãos residentes em áreas isoladas.

Na visão de Bayley (2001), o êxito da atividade policial não decorre somente da força repressiva, exigindo também a edificação de vínculos de mútua confiança com a população. Sob essa premissa, o policiamento comunitário consolida-se como uma estratégia essencial para revigorar os laços sociais, coibir atos violentos e cancelar a legitimidade das instituições de segurança diante dos cidadãos.

Conforme postulam Trojanowicz e Bucqueroux (1994), essa modalidade de policiamento fomenta a sinergia entre a sociedade e as forças de segurança, o que otimiza o fluxo de informações, viabiliza o diagnóstico de vulnerabilidades locais e estimula medidas preventivas destinadas à redução da criminalidade. Esse estreitamento de laços entre os agentes e os moradores propicia uma atmosfera de mútua cooperação,

otimizando o serviço policial e estimulando o engajamento comunitário na gestão da segurança pública.

No âmbito dos agrupamentos ribeirinhos paraenses, a atuação da corporação militar abrange patrulhas navais, vigilância ostensiva, inspeção de embarcações, além de iniciativas pedagógicas e preventivas direcionadas à contenção de infrações. Tais intervenções visam mitigar delitos, coibir o narcotráfico, reprimir crimes ecológicos, combater o porte não autorizado de armas e neutralizar outros desvios de conduta recorrentes na geografia amazônica.

Para além do caráter coercitivo, a instituição promove projetos de cunho socioeducativo voltados ao fomento da cidadania e à prevenção do recrutamento de jovens pelo crime organizado. A implementação de programas assistenciais, a realização de palestras em instituições de ensino e o aconselhamento comunitário constituem ferramentas indispensáveis de intervenção social, estreitando significativamente a relação entre o aparato estatal de segurança e a coletividade.

Todavia, conforme pondera Lima (2019), o déficit de meios de transporte fluvial, o contingente policial diminuto e os entraves estruturais enfraquecem a resolutividade operacional na Amazônia. O sucateamento de equipamentos, o escasso aporte tecnológico e as dimensões continentais que separam os povoados comprometem a perenidade das ações táticas e limitam a agilidade de resposta das forças de segurança diante de incidentes críticos.

Cumprindo assinalar, outrossim, a acentuada vulnerabilidade social que assola grande parte dos assentamentos ribeirinhos. A escassez de políticas públicas de caráter contínuo, aliada a óbices no acesso à educação básica, aos serviços de saúde e ao mercado de trabalho, favorece a proliferação de condutas delituosas e a consolidação de facções criminosas locais. Diante dessa conjuntura, a Polícia Militar frequentemente absorve atribuições alheias ao escopo tradicional do policiamento, configurando-se como o principal esteio governamental para os habitantes.

De acordo com a tese de Soares (2006), o combate à criminalidade requer a articulação sinérgica entre a segurança pública e as ações sociais, dado que a mera repressão policial se mostra incapaz de dirimir as disfunções estruturais da violência. Sob essa perspectiva, faz-se imperioso coligar a presença ostensiva das forças de segurança a investimentos governamentais voltados ao desenvolvimento social, à

melhoria da infraestrutura e à inclusão das comunidades da Amazônia.

Conclui-se, desse modo, que a Polícia Militar do Estado do Pará exerce uma função estratégica na manutenção da harmonia social e na repressão de crimes junto às populações ribeirinhas da Amazônia. Não obstante os entraves estruturais e táticos que enfrenta, a instituição representa um canal indispensável para a expansão do poder de soberania estatal e para a tutela protetiva dos cidadãos em territórios assinalados por extremas adversidades espaciais e sociais.

3 METODOLOGIA

Este estudo define-se como uma investigação qualitativa de cunho bibliográfico e documental, cujo escopo central reside em examinar a intervenção da Polícia Militar do Estado do Pará no combate à criminalidade junto às populações ribeirinhas da Amazônia. A opção pelo delineamento qualitativo justifica-se pela imperiosa necessidade de desvelar as dinâmicas sociais, institucionais e operacionais que norteiam a segurança pública em territórios amazônicos, sopesando suas peculiaridades geográficas, culturais e sociais.

Sob o prisma de Gil (2008), a pesquisa bibliográfica estrutura-se a partir de acervos pré-existentes, compreendendo sobretudo livros, periódicos científicos, dissertações, teses e atos oficiais. Alinhado a esse preceito, procedeu-se ao escrutínio de produções acadêmicas concernentes à segurança pública, aos índices delitivos na Amazônia, ao policiamento de proximidade e às políticas setoriais naquelas localidades, viabilizando um sólido estofo teórico à investigação.

Paralelamente, recorreu-se à pesquisa documental como expediente metodológico, mediante o exame minucioso de marcos regulatórios, relatórios institucionais e diretrizes governamentais emanados de órgãos de segurança pública sobre a atuação da corporação paraense. Como preconizam Lakatos e Marconi (2010), tal modalidade investigativa viabiliza a extração de dados fidedignos em fontes oficiais, conferindo maior robustez epistêmica e confiabilidade às evidências coligidas.

Foram sopesadas as contribuições de teóricos seminais que problematizam a segurança pública, os fenômenos violentos e os modelos de policiamento, a exemplo de Luiz Eduardo Soares (2006), Renato Sérgio de Lima (2019), David Bayley (2001) e da

dupla Robert Trojanowicz e Bonnie Bucqueroux (1994). Adicionalmente, agregaram-se reflexões sobre as assimetrias socioespaciais da Amazônia, com destaque para as formulações de Bertha Becker (2005). Esse referencial proporcionou a devida apreensão dos óbices enfrentados pela Polícia Militar na região e das repercussões de suas ações nas comunidades tradicionais.

A etapa de recolha de dados processou-se por meio do exame analítico, triagem e leitura sistemática da literatura científica e dos registros oficiais correlatos. Subjacente a esse processo, as informações foram sistematizadas e interpretadas sob uma perspectiva descritivo-analítica, com vistas a descortinar os principais gargalos operacionais, os expedientes táticos de policiamento empregados e a efetividade das ações repressivas e preventivas nos distritos ribeirinhos do Pará.

A matriz qualitativa favoreceu a compreensão das dimensões subjetivas e relacionais inerentes à atividade policial, notadamente no tocante aos entraves logísticos, à interface entre a corporação e os cidadãos, e ao impacto das vulnerabilidades sociais no fomento à delinquência. À luz de Minayo (2001), o enfoque qualitativo debruça-se sobre os significados, valores e representações da realidade social, o que propicia uma incursão analítica verticalizada acerca dos fenômenos sob escrutínio.

Em suma, o arcabouço metodológico adotado mostrou-se plenamente consoante aos propósitos da pesquisa, franqueando uma leitura crítica e reflexiva sobre o papel da Polícia Militar do Pará no enfrentamento à criminalidade em contextos ribeirinhos amazônicos, sem descuidar das complexas barreiras estruturais e sociais que circundam tal cenário.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Os dados obtidos nesta investigação evidenciam que a intervenção da Polícia Militar do Estado do Pará desempenha um papel preponderante no combate à criminalidade junto às populações ribeirinhas da Amazônia. Por intermédio de patrulhamentos fluviais, diligências ostensivas e programas de prevenção, a instituição concorre sobremaneira para a mitigação de delitos e para a consolidação do poder estatal em territórios historicamente caracterizados pela exclusão geográfica e pela

escassez de assistência pública contínua.

Constatou-se, ademais, que o mister policial nesses redutos transcende a mera repressão criminal, adquirindo uma dimensão social de relevo. Sobretudo nos núcleos habitacionais mais distantes dos polos urbanos, a corporação militar figura frequentemente como a única face visível e operante do poder público. Desse modo, a atividade de policiamento propicia não somente a salvaguarda da ordem pública, mas igualmente o incremento da percepção de segurança por parte da comunidade.

Contudo, sobressai como óbice de magnitude a complexidade logística que embaraça o pleno êxito das ações táticas na Região Amazônica. O vasto distanciamento entre as localidades, a dependência quase absoluta de vias fluviais e as intempéries ambientais impõem severos entraves à mobilidade célere dos contingentes. Ademais, oscilações climáticas e flutuações sazonais do regime dos rios repercutem diretamente na exequibilidade das missões, deprimindo o poder de reação das forças policiais.

Soma-se a isso a escassez de recursos tecnológicos e materiais, a qual obstaculiza o desdobramento das atividades de campo. A carência de navios apropriados, insumos de combustível, aparatos de rádio e contingente humano inviabiliza a perenidade das ações preventivas e repressivas. Sob o prisma de Lima (2019), o déficit na infraestrutura dos aparatos de segurança na Amazônia mitiga sensivelmente a eficiência das diligências, viabilizando, em contrapartida, a interiorização de facções criminosas em franjas vulneráveis do território.

Um ponto adicional detectado concerne à engenharia singular da criminalidade nesse ecossistema ribeirinho. Observou-se considerável recorrência de infrações ligadas ao narcotráfico, descaminho, porte ilícito de armamento, subtrações patrimoniais, violência de gênero e ilícitos ecológicos. A circunstância de a hidrografia regional servir de vetor para o escoamento de entorpecentes e contrabando potencializa sobremaneira o grau de dificuldade das operações levadas a cabo no território.

Nesse cenário, Becker (2005) adverte que a debilidade da governança pública na Amazônia fomenta a proliferação de práticas marginais e animosidades sociais, mormente em quadrantes de difícil patrulhamento. Compreende-se, portanto, que a delinquência no âmbito amazônico se vincula umbilicalmente às assimetrias socioeconômicas, à obsolescência dos serviços de utilidade pública e à insuficiência de políticas estatais de caráter estruturado e perene.

Os resultados revelaram ainda que expressiva parcela dessas coletividades ribeirinhas padece de baixos níveis de desenvolvimento social, desprovida de amplo acesso à instrução formal, saúde, saneamento e oportunidades laborais. Tais fragilidades propiciam terreno fértil para a criminalidade, facilitando o recrutamento juvenil por grupos à margem da lei. Alinhado a isso, Soares (2006) postula que a contenção da violência requer uma sinergia entre segurança pública, assistência social, educação e fomento regional, dado que o viés meramente repressivo se mostra inapto a equacionar as causas estruturais da delinquência.

Cumprir assinalar igualmente a centralidade do policiamento comunitário como mecanismo de aproximação entre as forças policiais e os residentes locais. O estreitamento de laços de mútua confiança otimiza o fluxo de informações estratégicas, revigora as ações de cunho preventivo e confere maior respaldo social às intervenções do Estado. Consoante a perspectiva de Trojanowicz e Bucqueroux (1994), essa modalidade de patrulhamento desponta como recurso essencial para mitigar a violência ao induzir a colaboração popular na consolidação da segurança coletiva.

Constatou-se, de igual modo, que atividades pedagógicas, colóquios integrativos e projetos assistenciais promovidos pela corporação atuam positivamente no revigoramento do tecido social e na blindagem da juventude contra fatores de risco. Tais medidas corroboram que o vetor preventivo da segurança pública é capaz de gerar externalidades positivas na formação cidadã e no declínio dos indicadores de violência nesses redutos mais isolados.

Em que pesem as restrições de ordem estrutural e operacional apontadas no transcorrer do estudo, sobressai a relevância estratégica da Polícia Militar do Estado do Pará na manutenção da ordem pública e na salvaguarda dos habitantes ribeirinhos da Amazônia. Seu empenho configura um instrumento indispensável não só para a prevenção do crime, mas também para a consolidação da soberania estatal em porções territoriais caracterizadas por profundas adversidades geográficas e sociais.

Com efeito, as conclusões deste estudo reiteram a premência de ampliar os aportes governamentais na segurança pública da Amazônia, priorizando o robustecimento do policiamento fluvial, a qualificação técnica dos agentes e a execução de políticas integradas que promovam a inserção social e o desenvolvimento sustentável das populações ribeirinhas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreende-se que a atuação da Polícia Militar do Pará junto às comunidades ribeirinhas amazônicas é de suma importância para salvaguardar a segurança pública em territórios marcados pelo isolamento geográfico e escassa presença estatal. Esse cenário impõe desafios singulares aos órgãos de segurança, demandando estratégias policiais customizadas, aptas a contemplar as peculiaridades geográficas, sociais e culturais dessas populações.

O estudo demonstrou que, a despeito dos avanços nas ações preventivas e comunitárias, subsistem entraves significativos associados à infraestrutura logística, ao déficit de efetivo, à escassez de embarcações adequadas e aos complexos deslocamentos hidroviários. Tais fatores frequentemente comprometem a celeridade das respostas táticas e a continuidade das políticas de segurança em localidades distantes dos centros urbanos.

Constatou-se também que a criminalidade nessas regiões não decorre meramente de lacunas no policiamento, mas vincula-se a vulnerabilidades sociais históricas da Amazônia. Fatores como pobreza, exclusão social e precariedade no acesso a educação, saúde e alternativas econômicas catalisam práticas ilícitas. Logo, o combate ao crime exige a articulação entre as forças de segurança e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social e regional.

Adicionalmente, a pesquisa destacou o policiamento comunitário como canal essencial de aproximação entre a corporação militar e as comunidades. O estabelecimento de vínculos de confiança mútuos favorece o compartilhamento de informações, fortalece a prevenção delitiva e legitima as ações estatais perante a sociedade. Assim, diretrizes pautadas pelo diálogo, presença constante e respeito à cultura local revelam-se vitais para a efetividade da segurança pública regional.

Evidencia-se também a urgência de aportes financeiros contínuos na modernização do aparato policial na Amazônia, especialmente no fortalecimento do policiamento fluvial, na especialização dos agentes e na inserção de tecnologias de inteligência. Essas medidas são preponderantes para maximizar a eficácia operacional no combate ao narcotráfico, crimes ambientais, contrabando e outros ilícitos recorrentes

na região.

Em suma, a atuação da Polícia Militar do Pará constitui pilar estratégico para a manutenção da ordem e proteção das populações ribeirinhas. Contudo, sua eficiência plena requer tanto o fortalecimento institucional da corporação quanto a execução de políticas públicas integradas que transcendam a repressão, promovendo inclusão social, cidadania e sustentabilidade regional. Dessa forma, consolidar-se-á um modelo de segurança pública eficiente, humanitário e adequado às complexidades amazônicas.

REFERÊNCIAS

BAYLEY, David H. *Padrões de Policiamento: uma análise comparativa internacional*. São Paulo: Edusp, 2001.

BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. *Segurança Pública: desafios e perspectivas*. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Renato Sérgio de. *Segurança Pública no Brasil: desafios contemporâneos*. São Paulo: Contexto, 2019.

SAPORI, Luís Flávio. *Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SOARES, Luiz Eduardo. *Segurança tem saída*. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. *Policiamento Comunitário: como começar*. São Paulo: Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1994.